CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

Divinópolis, 23 de maio de 2025

REQUERIMENTO Nº CM 1280/2025

Exmo. Senhor Vereador Israel Mendonça
Ilmo. Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis

Senhor Presidente,

O Vereador que o presente subscreve, requer de Vossa Excelência, depois de ouvido o soberano Plenário, que seja requerido ao Poder Executivo Municipal, para que, no prazo legal, prestem esclarecimentos sobre a interrupção da distribuição do medicamento Alogliptina (Nesina):

1. Quais foram os critérios técnicos, clínicos e administrativos utilizados para justificar a descontinuação da distribuição do referido medicamento na Farmácia Municipal?
2. A decisão foi submetida a avaliação por comissão técnica farmacêutica e por equipe médica especializada? Quem são eles? Favor anexar os documentos comprobatórios.
3. Qual é o número estimado de pacientes em tratamento de diabetes tipo 2 que faziam uso contínuo de Alogliptina fornecida pela rede pública municipal até a data da suspensão? Favor anexar relatórios que comprovem os números informados.
4. Quais medicamentos foram propostos como substitutos terapêuticos à Alogliptina? Houve consulta aos pacientes e médicos prescritores sobre a mudança?
5. Existe previsão de reavaliação da decisão ou possibilidade de reabastecimento do medicamento, considerando o impacto direto à saúde de pacientes diabéticos?

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

A descontinuação da distribuição do medicamento Alogliptina (Nesina), amplamente utilizado por pacientes com diabetes tipo 2, tem gerado grande preocupação social e foi objeto de denúncias recebidas por este mandato. O argumento utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde de que o medicamento representa 20% dos gastos da Farmácia Municipal revela uma lógica meramente contábil e insensível à realidade clínica e social da população diabética, cuja dependência desse princípio ativo é comprovada por prescrição médica e monitoramento terapêutico.

A alegação de alto custo não pode justificar a supressão de um direito fundamental, especialmente quando se trata de medicamento essencial, cuja demanda elevada decorre da real necessidade dos usuários e da orientação dos profissionais de saúde. A própria Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), instituída pelo Ministério da Saúde com base em evidências científicas, orienta que a seleção de medicamentos deve priorizar critérios de efetividade terapêutica, segurança e impacto em saúde pública.

Sob o ponto de vista jurídico, a interrupção abrupta de um tratamento sem respaldo técnico ou planejamento de substituição adequada viola o princípio da continuidade do serviço público de saúde e compromete o direito à saúde, assegurado pela Constituição da República de 1988, em seu artigo 196, segundo o qual “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos [...]”.

Diante da gravidade da medida, requer-se esclarecimento urgente sobre os critérios da decisão, seus impactos e possíveis medidas compensatórias que garantam a assistência farmacêutica a centenas de cidadãos que dependem da Alogliptina para o controle glicêmico adequado.

VITOR COSTA

Vereador e Líder do PT

Câmara Municipal de Divinópolis/MG

Assinantes

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

ZKR**NNE****9G4****R60**